

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE - O EXEMPLO DE DOIS MUNICÍPIOS DA BACIA DO MÉDIO TELES PIRES: SINOP E LUCAS DO RIO VERDE

Gislaene Moreno¹

RESUMO

O estudo da ocupação da terra na região do Médio Teles Pires², norte de Mato Grosso, tem origem no projeto de pesquisa “As Formas Sociais da Terra em Mato Grosso: característica do uso e ocupação da terra na região Norte do Estado”³, integrante do Programa “Ecossistemas e Organização do Espaço na Amazônia Mato-grossense”, desenvolvido pelo Departamento de Geografia da UFMT/Brasil e o laboratório COSTEL/França, convênio CAPES/COFecub, no período de 1995/98. Essa pesquisa teve como objetivo estudar as transformações sócioespaciais do norte de Mato Grosso, a partir das mudanças ocorridas nas relações de produção e de trabalho, com a expansão da fronteira agrícola na Amazônia, após a década de 60, tendo como aporte teórico-metodológico o conhecimento produzido pelas ciências sociais de enfoque histórico-estrutural. Os resultados desse trabalho evidenciaram alterações profundas no setor agrícola da economia regional bem como nas paisagens naturais do cerrado e da floresta, em decorrência da modernização da agricultura e do crescimento rápido das cidades originárias dos núcleos de colonização. A vegetação natural do cerrado vem sendo paulatinamente substituída pelas monoculturas de soja, cana-de-açúcar e recentemente pelo algodão, enquanto a floresta, devastada para a exploração da madeira ou para a criação extensiva de gado. Lucas do Rio Verde e Sinop, o primeiro, originário da coloniza-

¹ NUPGEO/GEO/ICHS/UFMT e Faculdades Integradas Cândido Rondon - UNIRONDON. Cuiabá, MT, Brasil.

² A região do Médio Teles Pires foi eleita para compor o projeto piloto dentro do Programa CAPES/COFecub, abrangendo os municípios: Lucas do Rio Verde, Sinop, Vera, Sta Carmem, Cláudia, Tapurah, Itaúba e União do Sul.

³ Este projeto foi desenvolvido com a participação de alunos de Geografia, bolsistas do Programa PIBIC/CNPq/UFMT Claudirene Ribeiro (95/97), Lisaniil do Patrocínio Pereira (95/97), Diná Vicente da Silva (96/97), Alexandro Wendpapp (97/98), Cristian Antônio José de Campos (97/98), Walmir Oiamore da Silva (97/98)

ção oficial em área de cerrado e o segundo, da colonização particular em área de floresta foram elegidos como unidades de análise nesta pesquisa, por serem representativos das formas de ocupação e uso das terras na região do Médio Teles Pires, norte do Estado.

Palavras chaves: ocupação da terra, colonização agrícola.

ABSTRACT

The study about land use in middle Teles Pires river⁷, northern Mato Grosso is related to a research project about "The social forms of land use in northern Mato Grosso: characteristics of land use and soil occupation"⁸. This research integrates another project "Ecosystem and space organization on the Amazonian part of Mato Grosso State" developed by Geography Department UFMT/Brazil and Costel Laboratory/France, a CAPES/COFecub agreement (1995/1998) The research objective was to study social and spatial transformations in northern Mato Grosso due to changes in production and work relationships occurred in Amazonian agrarian frontier after 60th decade. The theoretical-methodological support was the knowledge produced by social sciences under the historic-structural approach. The results show deep alterations on the agricultural sector of regional economy as well as on natural vegetation landscape: *cerrado* and forest. These transformations are due to modernization on agriculture and accelerated growth of cities which had began as colonization nuclei. The natural vegetation named *cerrado* has being continuously substituted by mono cultures such as soybean, sugar-cane, and recently cotton. The forest has been devastated by wood exploitation or by cattle extensive raising, Lucas do Rio Verde and Sinop were selected as unites of analysis since they were assumed as representatives of the land use forms in middle Teles Pires river. The first one is an official colonization nuclei in cerrado

⁷ The region on Middle Teles Pires river selected to compose the pilot project according to CAPES/COFECUB Program includes: Lucas do Rio Verde, Sinop, Vera, Santa Carmem, Cláudia, Tapurah, Itaúba and União do sul

⁸ This project involved Geography students with scholarship given by PIBIC/CNPq/UFMT: Claudirene Ribeiro (95'56, Lisanil do Patrocínio Pereira (95/97), Diná Vicente da Silva (96'97), Alexandro Wendpap (97/98), Cristian Antônio José de Campos (97/98), Walmir Oiamorc da Silva (97/98)

vegetation area. The second is a private colonization nuclei in forested area.

Keywords: land use occupation; agricultural colonization.

1. INTRODUÇÃO

O estudo do processo de ocupação na região da Bacia do Médio Teles Pires representa um recorte do projeto de pesquisa “As Formas Sociais da Terra em Mato Grosso: caracterização do uso e ocupação da terra na região norte do Estado”, inserido no programa “Ecosistemas e Organização do Espaço na Amazônia Mato-grossense”, desenvolvido conforme convênio CAPES/COFECub.

O referido projeto (95/98) objetivou estudar a organização espacial da região norte do Estado, a partir do processo de ocupação econômica e demográfica na Amazônia Mato-grossense após 1964, tendo como foco a apropriação e as formas de uso e ocupação da terra no contexto da política de expansão da fronteira agrícola. Tendo como aporte teórico-metodológico o conhecimento produzido pelas ciências sociais, numa visão dialética, foram utilizadas técnicas da pesquisa qualitativa, tais como análise documental, entrevistas e anotações de campo, com apoio de dados quantitativos.

A região do Médio Teles Pires, situada no norte de Mato Grosso, na chamada Amazônia Mato-grossense, compreende uma paisagem de cerrado e de floresta, intermediada por mata de transição, que consiste numa área de contato entre a savana e a floresta estacional. (Radam Brasil, 1982) Essa vegetação, associada às características do solo, do clima e do sistema de drenagem, corresponde às bases físicas do Centro-Oeste brasileiro, região tropical e continental.

Os municípios de Sinop e Lucas do Rio Verde, unidades de análise desta pesquisa, localizam-se geograficamente nessa região, ambos originários de núcleos de colonização implantados na década de 70, no contexto da política federal de ocupação e desenvolvimento da Amazônia Legal. A expansão de cada um, ao longo de três décadas, revela processos diferenciados na ocupação e formação de seus territórios, ligados às bases físicas, mais essencialmente às políticas públicas de desenvolvimento regional.

2. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE: SINOP, LUCAS DO RIO VERDE, DOIS EXEMPLOS PARTICULARES

Vinculada à expansão do capitalismo em sua fase monopolista, a economia brasileira passou a requerer, a partir dos anos setentas, a incorporação de novas áreas ao processo produtivo nacional, para atender tanto à demanda de matérias-primas e alimentos pelos mercados internos e externos quanto à ampliação e diversificação do parque industrial do país. Assim, implementou a modernização do campo nas regiões do Centro-Sul, ao mesmo tempo em que abria a fronteira nas áreas amazônicas para a entrada de capitais nacionais e internacionais, através de estímulos fiscais e creditícios.

Diversos programas e organismos de desenvolvimento regional foram implantados pelo Governo Federal para promover a ocupação da Amazônia, priorizando sobretudo os projetos agropecuários, uma vez que os cerrados ainda não se apresentavam propícios ao cultivo agrícola. (Müeller, 1992) O PIN – Programa de Integração Nacional, considerado estratégico pela sua magnitude no processo de integração da Amazônia às regiões mais desenvolvidas do País, deu início à ocupação (1970) com a construção da malha viária, permitindo, assim, o deslocamento da população para os projetos oficiais de assentamento implantados ao longo das rodovias federais que abriam passagem na mata de floresta e cerrado, como as BRs 163 (Cuiabá/Santarém) e 364 (Cuiabá/Porto Velho), bem como a expansão de inúmeras empresas agropecuárias nas áreas amazônicas.

Outros programas como o PROTERRA, o POLAMAZÔNIA, o POLOCENTRO, o POLONOROESTE, de grande impacto sobre a região norte, também afetaram o espaço de fronteira do Centro-Oeste, sobretudo de Mato Grosso, considerado o “Portal da Amazônia”. O PROTERRA financiou a implantação de projetos particulares de colonização em áreas de mata de transição entre a floresta e os cerrados, no centro-norte e no leste mato-grossense. (Müeller, 1992) O POLAMAZÔNIA criou quinze “pólos de desenvolvimento”, objetivando estimular atividades econômicas agropecuárias, agroindustriais, mineiras e florestais, em áreas promissoras da Amazônia Legal, sendo três delas em Mato-Grosso: Xingu-Araguaia, Juruena e Aripuanã. Este

programa, como analisa Oliveira (1997, 98/99), consistiu na estratégia do Estado brasileiro em “territorializar” os grandes monopólios na Amazônia. O POLOCENTRO (1975) forneceu recursos para a instalação de obras de infra-estrutura, principalmente armazenagem, e para o desenvolvimento de pesquisas de sementes, visando alcançar maior produtividade e expandir a produção de soja no cerrado, enquanto o POLONOROESTE foi concebido para promover o desenvolvimento regional integrado nas áreas cortadas pela BR-364 (Cuiabá/Porto Velho) Além de obras de abertura e pavimentação de rodovias, apoiou programas de colonização em Rondônia e de regularização fundiária em Mato Grosso.

A esses programas outros se somaram, a exemplo do PRODECER (1976), acordo nipo-brasileiro para o desenvolvimento agrícola em áreas de cerrado, visando à produção de arroz e soja para o mercado externo, principalmente o japones.

Interessante destacar que todos esses programas federais foram financiados com recursos estrangeiros, significando considerável aumento da dívida externa brasileira, tendo como sentido amplo estratégias espaciais de desenvolvimento ou de integração nacional, expressas na política das “fronteiras ideológicas”. (Oliveira, 1977, 95)

A SUDAM, a SUDECO e o INCRA, órgãos federais presentes nos Estados da Amazônia Legal, exerceram papéis preponderantes e definidores na viabilização desses programas. Cabia à SUDAM selecionar os “pólos de crescimento” e atrair investimentos nacionais e estrangeiros, mediante estímulos fiscais, creditícios e outros; ao INCRA competia ordenar o acesso à terra através dos programas oficiais e particulares de “colonização de desbravamento”, destinados a pequenos e médios produtores, e de “colonização empresarial”, voltados aos grandes investidores nos setores agropecuário, agroindustrial e de mineração. A federalização das terras devolutas, situadas em até 100 Km às margens de cada lado das rodovias federais (Decreto n^o 1164/71), permitiu total controle da União sobre a maior parte das terras dos territórios componentes da Amazônia Legal. Com essa medida, garantia-se o acesso à terra, condição imprescindível à vinda das frentes para as áreas de fronteiras: camponeses, médios e grandes produtores, investidores e especuladores. Com as garantias dadas pelo Estado à expansão do capital, as transformações sociais, econômicas e

culturais passaram a ocorrer de forma acelerada, imprimindo novas feições na paisagem física e novas formas de organização dos espaços urbano e rural das áreas amazônicas. O espaço mato-grossense, "locus" dessa expansão, sofreu alterações profundas, sobretudo na região norte, à época denominada "nortão", por se encontrar distante, praticamente inexplorada e pouco povoada, apresentando, portanto, características naturais conservadas, embora abrigasse inúmeras nações indígenas (Kayabi, Apiaká, Panará ou Kreen-Akaroré, Txukarramãe, Kalapalo, Suyá, Txikão etc)

3. SINOP - ORIGEM

Em 1970, motivada pelos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal à ocupação das áreas localizadas na Amazônia legal, a Colonizadora Sinop (Sociedade Imobiliária do Nordeste do Paraná) adquiriu uma grande extensão de terra coberta por floresta, na chamada pré-amazônia mato-grossense, município de Chapada dos Guimarães e, em 1972, deu início à colonização do "núcleo colonial Celeste". Este núcleo, mais tarde denominado "Gleba Celeste", constituía-se de 214 lotes e contava inicialmente com 199.064,00 hectares de terras, sendo essa área aumentada para cerca de 645.000ha por meio de sucessivas aquisições. (Vidigal, 1992) Interessante ressaltar que o acesso à terra, naquele momento histórico, foi bastante facilitado pelo Governo Federal, através da federalização das terras devolutas no Estado e a sua alienação pelo INCRA, através de diversos mecanismos institucionais, jurídicos e políticos, criados para regularizar a ocupação dos chamados "espaços vazios" na Amazônia.

O trabalho de desmatamento da floresta foi lento e árduo. Caminhos foram abertos no meio da selva, pontes e balsas foram construídas para o transporte de maquinários necessários ao desbravamento da área a ser colonizada. "Rasgando terra e lei", abriram-se as primeiras picadas na floresta da amazônia mato-grossense.

A gleba foi loteada em parcelas de diversos tamanhos e vendidas no sul do país, região que vinha sofrendo com a crise do café, devido às geadas e aos preços competitivos do produto no mercado mundial, e com a forte reconcentração das terras e expropriação dos colonos, decorrentes da industrialização da agricultura. Esses fatores e a intensa propaganda veiculada em todos os meios de comunicação,

reforçada pela ideologia desenvolvimentista contida nos diversos meios oficiais, fizeram com que milhares de pequenos e médios produtores vendessem suas terras no Sul e buscassem no novo "eldorado" a realização dos seus projetos de vida ou simplesmente a possibilidade de sobrevivência enquanto agricultores. Também vieram pessoas que viam na terra a possibilidade de ganhos rápidos, pelo potencial madeireiro contido na floresta ou então pela renda que poderiam obter com a sua especulação. A população originária, constituída pelos povos indígenas Xinguanos, foi transferida para o Parque Nacional do Xingu, cedendo lugar aos novos habitantes.

A primeira cidade construída na gleba recebeu o nome de Vera. Outras três já estavam projetadas: Sinop, Santa Carmem e Cláudia. Vera serviu de ponto de apoio para a implantação de Sinop, em 1972, em outro lugar da gleba, às margens da BR-163, que já estava sendo construída e cujo trajeto inicial, projetado para passar em Vera, havia sido alterado. Assim, Sinop passou a ser o "pólo" de radiação do desenvolvimento do projeto. (Vidigal, 1992)

O traçado das cidades seguiu o plano de "urbanismo rural" projetado pelo INCRA. Rurópolis, o centro maior, no caso Sinop, congregando a sua volta as agrópolis, os centros menores (Vera, Carmem e Cláudia) e as agrovilas, os centros rurais. Os centros urbanos das cidades foram divididos em lotes residenciais, comerciais e industriais, circundados por um cinturão de chácaras de 5 a 10 hectares, com a finalidade de produzir hortifrutigrangeiros. A infra-estrutura se compunha de escola, igreja, armazém, hotel e uma estrutura de apoio aos produtores, alicerçada no sistema cooperativo. No tocante às áreas rurais, foram criados módulos com um mínimo de 25 hectares, para a produção agropecuária.

A venda de lotes se expandiu rapidamente, atraindo compradores de diversas regiões do país, principalmente sulinos. Vidigal (1992) mostra que os paranaenses, em maior número, representaram 67,33% dos primeiros compradores de terra, num total de 101. Seguiram-se paulistas (16,83%), catarinenses (10,89%), gaúchos (2,97%), mato-grossenses do sul (0,99%) e capixabas (0,99%). Entretanto, nem todos os compradores chegaram a migrar para Sinop, vez que as terras foram adquiridas para futuras negociações, muito embora milhares de

migrantes tenham chegado a Sinop, fazendo a cidade se expandir rapidamente.

A Cooperativa Mista Celeste (COMICEL) atraiu muitos migrantes, vez que anunciava apoio aos colonos que sonhavam manter a tradição da cultura do café em Mato Grosso. Muitos pés de café foram plantados, mas o resultado foi desastroso: a baixa produtividade não compensou os investimentos efetuados⁶. Por falta de conhecimento das condições físicas da Amazônia, sobretudo do solo, as chamadas "culturas brancas", de cultivo tradicional pelos migrantes no sul do país, não se adaptaram à região.

Com o fracasso do café, muitos colonos abandonaram suas terras e retornaram as suas áreas de origem ou seguiram em frente, rumo a novas terras da colonização. Outros, descapitalizados, permaneceram com a ajuda da cooperativa, que contraiu empréstimos financeiros para manter os colonos na terra e salvar o projeto de uma derrocada total. Conforme mostra Vidigal (1992), outras culturas foram propostas como alternativa. Nesse mesmo período (75/79), a EMATER tentou implantar o PROBOR em Sinop, uma vez que Mato Grosso havia sido incluído no programa, por possuir condições ambientais propícias para o cultivo da seringueira e produção da borracha natural. Entretanto, a Colonizadora não se interessou pelo programa. Talvez porque vislumbrasse no PRO-ÁLCOOL, programa que vinha sendo estimulado pelo Governo Federal (1975), chances maiores de lucros com os incentivos fiscais concedidos pela SUDAM para os projetos agroindustriais nessa área e maior obtenção de renda com a venda direta da terra, ainda com muito estoque para comercializar.

A proposta de implantação de uma Usina de Alcool de mandioca e de outros amiláceos, veiculada na mídia pelos grupos empresariais da região, ressaltando os benefícios sociais do empreendimento, fez com que Sinop recebesse o maior fluxo de migrantes do período de consolidação do projeto. A SINOP AGROQUÍMICA-SAQ, conduzida por uma firma alemã (Becker), com larga experiência em destilaria, tornou-se a maior agroquímica do mundo a produzir álcool carbu-

⁶ Para maior aprofundamento sobre a cultura do café como atrativo à vinda de colonos do Sul para a região de Alta Floresta, originária da colonização particular, ver Guimarães Neto, Regina Beatriz. A Lenda do Ouro Verde. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1986.

rante proveniente de um produto agrícola e, por algum tempo, pôde assegurar o projeto de colonização, evitando o seu fracasso. Mas, em meados da década de 80, já mostrava esgotamento, devido às muitas dificuldades de ordem financeira, pela impossibilidade de acesso ao crédito agrícola; de ordem técnica, uma vez que a cultura de mandioca limitava a expansão de outros produtos necessários ao desenvolvimento da pequena produção; de falta de infra-estrutura, pelas péssimas condições do sistema viário que, além de intransitável durante o período das chuvas, encarecia demais a circulação dos produtos demandados na região ou a serem escoados; e de desconhecimento da natureza amazônica.

Enquanto os pequenos produtores tentavam subsistir às situações adversas que impediam o desenvolvimento do setor agrícola na região, aqueles que vieram com o intuito de explorar o potencial madeireiro nela existente foram prosperando. Assim, a sustentabilidade econômica do núcleo colonial bem como do atual município (emancipado em 1979) foi garantida pela floresta. A indústria madeireira supre-se do manancial existente na região, vez que os desmatamentos indiscriminados esgotaram as reservas do município. Dados da EM-PAER/Sinop confirmam que 67% das toras que abastecem as indústrias madeireiras percorrem mais de 100 km para chegar até a sede do município.

3.1. Organização Espacial

Muitos autores vêm a abertura da fronteira como um fenômeno da expansão capitalista, o qual, no seu movimento, determina processos diferenciados de ocupação, recriando antigas relações de produção e de trabalho, refletidas espacialmente nas formas de uso e de ocupação da terra. A esta noção deve se acrescentar outras questões ligadas à nova realidade, em que as relações sociais, culturais e políticas permeiam as relações econômicas de forma complexa e indissociável.

O trabalho de campo (1996/97) mostrou uma cidade em crescimento, com 54.306 habitantes, estando a maior parte concentrada na área urbana (46.489), enquanto o contingente rural soma apenas 7.817. (IBGE, 1996) Ainda guarda contornos do plano original, tendo ao seu

redor um cinturão, distando cerca de 25Km do centro da cidade, onde se instalaram pequenos produtores que chegaram após ou com as primeiras construções da sede do município. Os lotes variam de tamanho, 2 a 25 hectares, mantendo 50% de reserva florestal, conforme determinação legal. Mais adiante, cerca de 10 a 15 Km, estão as fazendas de médios e grandes produtores, as quais apresentam formas diferenciadas de uso da terra, conforme sua localização geográfica. As situadas em áreas de transição do cerrado para a floresta estão voltadas à produção agrícola (arroz, soja, algodão), enquanto as situadas em áreas de floresta, antes voltadas basicamente à exploração da madeira, estão buscando alternativas na agricultura e criação intensiva de gado. As propriedades estão situadas em áreas descontínuas, intercaladas pelas florestas ou agrupadas em pequenos núcleos de produção em áreas contínuas, exploradas por grupos familiares, constituídos de várias gerações.

A sede da cidade revela uma paisagem industrial, formada por inúmeras serrarias situadas ao longo das margens da BR-163, que corta a cidade. Possui um comércio dinâmico, com serviços especializados, sobretudo os relacionados ao processamento de produtos de origem florestal. As empresas madeireiras se distinguem em duas categorias visando ao mercado interno e de outras regiões do país ou do exterior, tendo geralmente como intermediários compradores de São Paulo. As empresas se dividem por atividades que vão desde o abate das árvores, transporte de toras à transformação e comercialização do produto. A princípio, as árvores foram derrubadas com correntões, indistintamente, destruindo espécies nativas raras que demoram anos para crescer, como a castanheira e outras consideradas "madeiras de lei"; depois passaram a usar possantes motosserras. As empresas agropecuárias também colaboraram com o desmatamento indiscriminado da floresta e para a degradação do solo com a derrubada e queimada da mata abatida, para a formação de pastagens. Quando a exploração foi ficando mais escassa, passaram a vender as toras para as madeireiras, eliminando parte do desperdício da matéria-prima que ainda é muito grande no município.

O desmatamento se deu em grande escala sem preocupação com a reposição florestal e com a fiscalização, muitas vezes burlada ou manipulada pelos grupos de pressão do setor na região. O Campo

Experimental da EMPAER/Sinop, instalado em 1995, vem desenvolvendo estudos com espécies adaptadas e nativas, apoiando as iniciativas particulares que optaram por reflorestamento próprio. O pinho cuiabano (*Schizolobium amazonicum* Huber), espécie nativa, é o mais cultivado, devido ao rápido crescimento, porém é o mais exigente em adubação química, conforme experimentos realizados em Cláudia por aquele órgão. Outra espécie selecionada, a teca (*tectona grandis* L.F.), originária da Austrália, de natureza exótica e altamente exigente em condições de solo, vem sendo cultivada em várias áreas da região, além de outras espécies. Segundo a EMPAER, ainda não se têm dados que indiquem a interferência dessas plantas no ecossistema local, mas a manutenção do atual parque industrial madeireiro do município depende de reflorestamento das áreas desmatadas bem como da verticalização e modernização do setor.

Colocando-se como pólo regional, Sinop abastece as cidades vizinhas de Carmem, Vera, Cláudia, Alta Floresta e Peixoto de Azevedo.

3.2. O Espaço Rural: Estrutura e Produção Agrícola

Os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 95/96) sobre a condição do produtor em Sinop (tabela 1) evidenciam que a categoria dos proprietários no município é predominante, respondendo por 89,48% ou por 596 estabelecimentos, abrangendo 92,72% da área total ou 155.624 hectares. Este é um dado que reflete o processo de distribuição da terra no Estado pela colonização particular, que atendeu principalmente a colonos com algum poder aquisitivo, podendo dispor de dinheiro para comprar terra. Já os estabelecimentos geridos por arrendatários e ocupantes mostram uma diferença acentuada em relação aos proprietários. Os arrendatários representam 5,35% dos estabelecimentos, abrangendo 8.990 hectares da área total, evidenciando a expansão de empreendimento agropecuário, enquanto os ocupantes detêm 4,95% dos estabelecimentos, explorando 3.081 ha. Os parceiros, em número inexpressivo, não chegam a 1%, explorando apenas 142 ha.

Tabela 1. Condição do Produtor no Município de Sinop/MT – 1995/96

Estab. Total	Área Total	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
		Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)
666	167.837	596	155624	31	8.990	6	142	33	3081
		89,48%	92,72%	4,65%	5,35%	0,90%	0,08%	4,95%	1,83%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário - 1995/96, Mato Grosso.

Os pequenos produtores, premidos entre a cidade em contínua expansão, as grandes explorações e as serrarias, poucas possibilidades têm de inserção no mercado e de acumular algum dinheiro para a ascensão social e econômica. Após mais de vinte anos da vinda para Sinop, a situação dessas pessoas parece não ter melhorado. Observando-se a categoria menos favorecida, verifica-se que os seus recursos são obtidos unicamente pela venda de alguns produtos (frango, ovos, queijo, frutas, legumes e milho verde) em pequenas quantidades, exclusivamente para a sobrevivência familiar. A pequena criação de gado e a produção de hortifruticultura, em algumas propriedades, devem-se à engenhosidade do responsável e da mão-de-obra familiar, o que permite melhor ganho. Entretanto, grande parte das propriedades são chácaras, em média com 30 hectares, exploradas por trabalhadores rurais assalariados, que recebem de um a dois salários mínimos pelos serviços prestados. Para completar os baixos salários, estes trabalhadores produzem carvão vegetal ou outro produto. A comercialização da pequena produção sofre restrições, tanto pela competitividade dos produtos que chegam de fora quanto pelos meios de transportes. Embora situados não muito distante do centro urbano, o único meio de transporte para a maioria desses pequenos produtores é o ônibus escolar ou a carona de um vizinho motorizado. O plano de abastecimento da cidade pela agricultura familiar desenvolvida no seu entorno não resistiu à pressão dos supermercados, que se abastecem em outros mercados, principalmente de São Paulo, distantes mais de 2.500 Km do município. (Clayrai M, 1998)

Os médios e grandes produtores, que chegaram em maior número no início da colonização e com maior renda, adquiriram mais terras, visando à produção do café ou à exploração da madeira. Como foi apontado anteriormente, a cultura do café, largamente utilizada como estímulo à venda de terras pelos colonizadores na região sul,

sobretudo, no Paraná, onde já se praticava esta cultura, não apresentou os resultados esperados, obrigando a busca de outras alternativas para se evitar o êxodo dos produtores. A cultura da mandioca para a produção de álcool carburante, em médio prazo, também mostrou ser inviável. Descapitalizados, muitos produtores venderam suas terras e retornaram as suas áreas de origem ou seguiram rumo a outras frentes de expansão. Aqueles que resistiram, passaram a cultivar o arroz de sequeiro, a soja e, após alguns anos, o algodão. Entretanto, o que deu sustentabilidade ao projeto foi a extração da madeira, praticada pelos grandes proprietários. Esta atividade continua sendo predominante, embora muitas propriedades estejam aproveitando as áreas desmatadas para a prática da pecuária extensiva, conforme pode se constatar nos dados da Tabela 2.

Tabela 2. Estabelecimentos por Grupo de Atividade Econômica no Município de Sinop/MT.

Grupo de Atividade Econômica								
Lavoura temporária	Horticultura	Lavoura permanente	Pecuária	Prod. Mista	Silvicult. exploração vegetal	Pesca aquicultura	Prod. Carvão vegetal	Total Geral
101	10	22	441	72	13	2	5	666
15%	1,5%	3,3%	66%	10%	1,9%	0,30%	0,75%	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário - 1995/96, Mato Grosso.

Observando-se a Tabela 2, verifica-se que a maior parte dos estabelecimentos (66%) dedica-se à pecuária, enquanto 15%, à lavoura temporária e 10%, à produção mista de lavoura e pecuária. Esta tendência é confirmada na Tabela 3, que mostra a utilização das terras no município, vez que quase 80% das áreas são ocupadas com pastagens, sendo 75% destas plantadas, refletindo a melhoria e o interesse dos produtores na exploração da pecuária bovina, contando, em 1996, segundo o IBGE, com 67.406 cabeças. Entretanto, a silvicultura e a exploração vegetal, efetivadas em 1,9% dos estabelecimentos, continuam interessando à economia, vez que mais áreas de mata e floresta vêm sendo incorporadas, representando um aumento de 297% de novas terras. Em 1992 (IBGE), a produção de carvão vegetal no município foi de 90 toneladas, a de lenha, de 70.872m³, confirmando a situa-

ção do município entre os maiores exploradores no Estado e o primeiro em indústria extrativa.

Tabela 3. Utilização das Terras no Município de Sinop

Utilização das Terras									
Total		Lavoura						Pastagens	
		Permanentes		Temporárias		Temporárias em descanso		Naturais	
Infor- mantes	Área * (há)	Infor- mantes	Área (ha)	Infor- mantes	Área (há)	Infor- mantes	Área (ha)	Infor- mantes	Área (há)
666	167.837	433 65%	505 0,30%	351 52,70%	13.228 7,88%	39 5,85%	7.194 4,28%	13 1,95%	6537 3,89%

Cont....

Utilização das Terras							
Pastagens		Matas e Florestas				Produtivas não Utilizadas	
Plantadas		Naturais		Plantadas			
Infor- mantes	Área (há)	Infor- mantes	Área (ha)	Infor- mantes	Área (ha)	Infor- mantes	Área (ha)
182 27,32%	126.200 17,19%	182 27,32%	498.935 297,27%	1 0,15%	12 0,0%	44 6,60%	16.708 9,95%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário - 1995/96, Mato Grosso.

* Inclusive Terras inaproveitáveis.

Quanto à produção agrícola, verifica-se o predomínio das lavouras temporárias nos estabelecimentos (15%), registrando-se cerca de 8% de área plantada com arroz, algodão, milho e soja, principais produtos. Interessante destacar que, entre 1985 e 1995/96, houve um declínio das lavouras de arroz tanto em áreas plantadas quanto em produção, combinando com incrementos de área e produtividade nas lavouras de milho e principalmente de soja, cuja produção aumentou de 3.864 para 14.180 toneladas, conforme dados da Tabela 4.

Tabela 4. Área Plantada e Produção Agrícola de Culturas Temporárias no Município de Sinop – 1985 –1995/96

Ano	Arroz		Algodão		Feijão		Milho		Soja	
	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)
1985	14.706	24.616	3	3	223	70	1.848	2.110	2.392	3.864
1995/96	4.246	11.247	199	330	-	-	3.918	8.864	6.499	14.180

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário - 1985 - 1995/96, Mato Grosso.

3.3 Estrutura Fundiária

Comparando-se os dados dos três últimos Censos Agropecuários (Tabela 5), observa-se uma redução crescente no número total de estabelecimentos⁷, um aumento no tamanho das áreas nos anos de 1980/85 e, surpreendentemente, uma brusca redução, dez anos após, em 1995/96.

Após uma década de existência, em 1985, Sinop contava com 1.710 estabelecimentos, apresentando um decréscimo de 35% no total em relação a 1980, que contava com 2.307. Em contrapartida, a área ocupada em 1980, de 956.036 hectares, apresentou um aumento de 77,14%, atingindo 1.239.238 hectares. A análise fica prejudicada em decorrência dos desmembramentos territoriais do município, ocorridos em 1986 (Vera) e em 1988 (Cláudia) O censo de 1995/96 registra um total de 666 estabelecimentos ocupando uma área total de 167.837 hectares, sendo estas ocupadas na maioria por médias e grandes propriedades, com 49,50% e 43,16% respectivamente.

⁷ Estabelecimento, para o IBGE, é todo terreno de área contínua destinado à exploração agropecuária, subordinado a um único produtor, independentemente do tamanho, localização e número de parcelas. As áreas confinantes, independentemente de sua condição legal, também são consideradas como um único estabelecimento, quando sujeitas à mesma administração.

Tabela 5. Número de Estabelecimentos por Grupos de Área no Município de Sinop/MT, em 1980, 1985 e 1995/96

Grupos de Áreas	1980		1985		1995/96*	
	Estab. (%)	Área (%)	Estab. (%)	Área (%)	Estab. (%)	Área (%)
Menos de 10	275	Grupos de Área total (há)	102	633	28 4,20%	148 0,08%
10 a 100	1326	57.391	1.018	40.245	356 53,45%	12.156 7,24%
100 a 1000	626	146.128	452	124.645	242 36,33%	83.085 49,5%
1000 a 10.000	66	190.223	116	385.164	40 6,0%	72.448 43,16%
Mais de 10.000	14	561.381	22	688.551	-	-
Total Geral	2.307	956.036	1.710	1.239.238	666	167.837**

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários: Mato Grosso, 1980, 1985, 1995/96.

*Foram desmembrados de Sinop os municípios de Vera (1986) e Cláudia (1988)

**Inclusive os estabelecimentos que declararam mais de um tipo.

Os números são reveladores, ao apontarem um processo contínuo de reconcentração das terras, contrariando os objetivos iniciais da colonização em promover a expansão da pequena produção, em áreas de fronteiras agrícolas. Podem revelar também a expansão da agropecuária, sobretudo da pecuária bovina e da lavoura de soja, bem como a exploração florestal, como vimos nas tabelas 2, 3 e 4, segmentos que requerem a expansão e a incorporação de novas terras para pastagens ou para o plantio de monoculturas.

Em síntese, a organização do espaço rural espelha a busca de alternativas para o desenvolvimento do município, mas apresenta ainda fraca produção agrícola, em parte decorrente das condições físicas limitantes. Os desmatamentos ocorridos de forma indiscriminada deram lugar a uma paisagem artificial, de pastagens, restando apenas as áreas de reserva florestal. Em decorrência, vestígios de erosão, de característica laminar e em sulcos, foram registrados em algumas áreas do município, bem como indícios de desequilíbrio na fauna e flora locais.

4. LUCAS DO RIO VERDE - ORIGEM

Em tempos passados, o território abrangido pelo município de Diamantino, hoje ocupado pelo município de Lucas do Rio Verde, pertencia aos povos indígenas Kayabí, que foram sendo dizimados ou transferidos para as reservas demarcadas pelo Governo Federal, ao longo do processo de colonização dessa região, iniciado no final do Século XIX (1877-1880), quando incursões foram determinadas por seringalistas, visando à extração da borracha, produto que constituía importante fonte de recursos para o Estado.

Mais tarde, na década de 70, com a política nacional de abertura da fronteira agrícola, o Nono Batalhão de Engenharia e Construção (9º BEC) instalou, no lugar onde é hoje a sede do município, o acampamento das obras da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), importante eixo de integração no processo de ocupação do norte mato-grossense e de todas as áreas amazônicas.

A partir de 1977, começaram a chegar os primeiros colonos, registrando-se a presença de 26 famílias de posseiros, procedentes da localidade de Lago Azul, no Paraná, e outro grupo, de 40 famílias, de São Paulo, que se instalaram no lugar denominado Itambiquara (a 37 Km do atual núcleo urbano), onde iniciaram atividades agrícolas pelo sistema cooperativista, dando origem, mais tarde, à COOPERLUCAS.

Em 1980, o INCRA discriminou e arrecadou a gleba Lucas do Rio Verde (200.000 ha), abrangendo, inclusive, a área já ocupada pelos posseiros, objetivando dar início à implantação de projetos oficiais de colonização ao longo da rodovia BR-163, dentro da filosofia de “reforma agrária” dos governos militares, para aliviar as tensões no campo, que se multiplicavam em vários pontos do país, devido à ação direta do capital na agricultura, comandando a subordinação ou a expulsão dos camponeses.

No Rio Grande do Sul, onde o processo de expropriação e de reconcentração das terras foi praticamente absoluto nos anos de 1970 a 1985 (Oliveira, 1991), milhares de colonos passaram a reivindicar a posse da terra, dando início a um movimento organizado de luta pela terra, que se tornou o maior do país, o MST. Visando desarticular este e outras organizações, foram criados pelo INCRA projetos emergenciais de assentamento, destinados a atender a populações removidas

compulsoriamente de áreas conflitadas, por determinação do Governo Federal.

Assim, o PEA – Lucas do Rio Verde foi concebido para receber os “Sem-Terras” do acampamento da Encruzilhada do Natalino, em Ronda Alta/RS que, a princípio, resistiram, mas acabaram cedendo às pressões do Governo Federal, diante da possibilidade de conseguir terras e realizar seus projetos de vida, ainda que em terras distantes. Entre o final de 1981 e o começo de 1982, 203 famílias foram transferidas e assentadas em lotes de 200 hectares, que possuíam uma infraestrutura mínima, com 20 hectares desmatados, material para construção de casa de madeira, um trator para cada cinco famílias, sementes e um salário-alimentação, ajuda que durou cerca de dois anos.

Entretanto, 90% das famílias não resistiram às vicissitudes a que foram submetidas e retornaram aos seus locais de origem. Os motivos vão do isolamento e falta de assistência social, técnica e financeira, à ação inescrupulosa de intermediários no desvio dos recursos adquiridos junto ao Banco e, posteriormente, à mudança na política federal de incentivos à agricultura, antes disponíveis para as áreas da Amazônia Legal. Entretanto, a má administração do projeto tem origem nos esquemas de corrupção ocorridos desde a sua implantação, envolvendo o executor, funcionário do INCRA/MT, na distribuição das parcelas. Muitos lotes foram vendidos indiscriminadamente a empresários sulistas e a comerciantes da região, quando os colonos não haviam recebido ainda o documento provisório de titulação das terras⁸.

Diante do fracasso do PEA, o INCRA tentou estabelecer uma parceria com a COOPERLUCAS (1982), mudando a concepção original do projeto para outra modalidade, o Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) O projeto foi ampliado para 972 lotes, objetivando atender os 40 associados dessa Cooperativa e regularizar as áreas que foram griladas durante o processo de colonização. Além dessa estraté-

⁸ Ver a reportagem “Lucas do Rio Verde – uma realidade fora da Lei”. RDM. Revista dos municípios do Centro-Oeste, ano 1, agosto de 1986; Oliveira, Ariovaldo U. de. Agricultura Camponesa no Brasil, São Paulo. Contexto. 1989. Pereira, Lizanil do Patrocínio. A expansão da Fronteira Agrícola: o caso de Lucas do Rio Verde, TCC. Dep. de Geografia /ICHS/UFMT, Cuiabá, 1999.

gia, foi implantado na região o PRODECER II (1986), projeto firmado entre o Brasil e o Japão, para a “colonização” do cerrado.

Esses projetos garantiram a vinda de outros produtores, mais capitalizados, mudando definitivamente a fisionomia do município. Os novos imigrantes ampliaram suas parcelas anexando outras, através da compra, redimensionando-as para a produção de monoculturas ou para a diversificação da produção. A última leva de imigrantes contribuiu também para a formação do núcleo urbano, com a instalação de comerciantes e profissionais liberais, incentivando a fixação de residências no local por proprietários e trabalhadores em geral.

Em menos de 20 anos, Lucas do Rio Verde se tornou um dos maiores produtores de grãos do Estado, com tendências à diversificação da produção. A criação da agrovila se deu em 1982, passando a distrito de Diamantino em 1985, emancipando-se em 1988. (Lei n.º 5318)

4.1 Organização Espacial

Lucas do Rio Verde, situado na região do Alto Teles Pires, norte mato-grossense, às margens da BR-163, ocupa uma área de 5.927,32 km², abrigando uma população total de 12.647 habitantes, a grande maioria originária da região sul do país: RS (58%), PR (21%), SC (12%), outros Estados (09%), segundo dados do IBGE e da Secretaria de Agricultura do município.

Embora sendo um município essencialmente agrícola, 75% da população (9.537) estão concentrados na área urbana e 24.59% (3.110), na área rural. Deste total, apenas 30% possuem domicílio no campo. A concentração da população nas áreas urbanas segue a tendência geral do país e tende a aumentar, pela alta tecnificação empregada nas atividades agropecuárias desenvolvidas no município.

A paisagem original do município, constituída pela predominância do cerrado, apresenta-se totalmente modificada pela expansão agropecuária no campo e pelas atividades agroindustriais na área urbana. Na periferia da cidade, destacam-se as unidades armazenadoras de grãos que, juntas, possuem capacidade para 421.000 toneladas a granel e 73.000 toneladas ensacadas.

4.2 O Espaço Rural: Estrutura e Produção Agrícola

Tabela 6. Condição do Produtor. Município de Lucas do Rio Verde/MT, 1995/96

Estab. Total	Área Total	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
		Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)
468	306663	431	288237	31	8.840	-	-	6	9.586
--	--	92,09%	93,99%	6,62%	2,88%	-	-	1,28%	3,12%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário - 1995/96, Mato Grosso.

Segundo o Censo Agropecuário de 1995/96 (Tabela 6), Lucas do Rio Verde possui um total de 468 estabelecimentos, que ocupam uma área total de 306.663 hectares de terras. A categoria predominante é a dos proprietários que detêm 92% do total das propriedades, abrangendo quase 49% da área total ou 288.237 hectares. O restante dos estabelecimentos são conduzidos por arrendatários (6,6%) e ocupantes (1,28%), categorias que ocupam apenas 6% da área total. A concentração da categoria dos proprietários é explicada pela forma de distribuição da terra pela colonização, bem como pela venda sucessiva dos lotes pelos primitivos colonos assentados pelo INCRA. Além disso, as áreas ocupadas pelos primeiros posseiros, cerca de 65.000 hectares, foram legitimadas pelo INCRA, transformando-se em propriedades privadas.

Tabela 7. Estabelecimentos por Grupo de Atividade Econômica no Município de Lucas do Rio Verde

Grupo de Atividade Econômica								
Lavoura temporária	Horticultura	Lavoura perman.	Pecuária	Prod. mista	Silvicult. exploração vegetal	Pesca aqüicultura	Prod. Carvão vegetal	Total Geral
325	6	2	106	27	1	-	1	468
69,44%	1,28%	0,42%	22,64%	5,76%	0,21%	-	0,21%	-

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário - 1995/96, Mato Grosso.

Conforme demonstram os dados da tabela 7, a grande maioria dos estabelecimentos se dedica a atividades agropecuárias (97,84%), com predominância da lavoura temporária, que ocupa quase 70% das propriedades. Comparando-se a tabela 7 com a 8, confirma-se a utili-

zação das terras com essa atividade, quando se verifica que 47, 83% da área total ou 146.694 hectares são ocupados com lavouras temporárias, desenvolvidas com o emprego de alta tecnologia. Em seguida, vem a pecuária, praticada por 22,64% dos estabelecimentos, que utilizam 13,10% da área total com pastagens artificiais e 4,11% naturais. Praticamente, todas as terras produtivas são utilizadas, estando 34,78% da área total preservados por matas e florestas naturais. (Tabela 8)

Tabela 8. Utilização das Terras no Município de Lucas do rio Verde/MT, 1995/96

Utilização das Terras									
Total		Lavoura						Pastagens	
		Permanentes		Temporárias		Temporárias em descanso		Naturais	
Infor- mantes	Área *(ha)	Infor- mantes	Área (ha)	Infor- mantes	Área (ha)	Infor- mantes	Área (ha)	Infor- mantes	Área (ha)
468	306663	61	620	375	129001	90	17693	68	12615
-	-	13%	0,20%	80%	42,06%	19,23%	5,76%	14,52%	4,11%

Cont...

Utilização das Terras							
Pastagens		Matas e Florestas				Produtivas não Utilizadas	
Plantadas		Naturais		Plantadas			
Infor- mantes	Área (ha)	Infor- mantes	Área (ha)	Infor- mantes	Área (ha)	Infor- mantes	Área (ha)
311	40.188	386	106.666	1	1	8	1617
66,45%	13,10%	87,47%	34,78%	-	-	1,7%	0,52%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário - 1995/96, Mato Grosso.

* Inclusive Terras inaproveitáveis.

A substituição acelerada dos campos de cerrado por "campos de grãos" despertou preocupações ambientais, aliadas ao objetivo principal de aumentar a competitividade da produção agrícola. Os solos são compostos em 80% da área de lotossolos vermelho-amarelos, com elevado teor de ferro e alumínio. São profundos, de textura média e argilosa, com drenagem interna acentuada a modera-

da. Sendo, portanto, distróficos, são muito ácidos, requerendo correção para se tornarem mais aproveitáveis e rentáveis economicamente. Pesquisas⁹ realizadas na região evidenciaram que a gestão criteriosa dos solos e das culturas, por meio de plantio direto e com a rotação de culturas, pode superar a baixa fertilidade natural e responder muito bem à calagem e adubação química, para a produção de grãos.

A técnica consiste na preparação do solo com aração profunda, sem gradeamento e com adubação apropriada para corrigir os seus defeitos físicos, químicos e biológicos e permitir o plantio direto, que é feito sobre uma cobertura morta, resistente ao sol forte e às chuvas torrenciais, características da região, numa sucessão de culturas, ou seja, o plantio é feito imediatamente após a colheita, num sistema de rotação de culturas - colheita de soja, plantio direto de arroz ou de milho - a fim de dar tempo à recomposição do solo. Para romper o sistema da monocultura, recorre-se a outro tipo de produção, denominada safrinha, cujo tempo de produção é inferior ao ciclo normal, a exemplo do sorgo, do milheto e do milho, cujos grãos servem à comercialização e ao fornecimento de sementes, enquanto os caules, depois de cortados e secados ao sol, formam a palhada para a forragem do solo, evitando-se a sua exposição ao tempo. A semeadura da soja é feita entre o início de outubro e a metade de dezembro, conforme o tamanho da área, as variedades e as condições climáticas, as quais podem retardar em até um mês a semeadura. A colheita é feita de fevereiro ao início de março, em condições normais. Alguns produtores utilizam técnicas artificiais para a secagem dos grãos, permitindo, assim, antecipar a colheita e assegurar o mercado com preços mais competitivos.

Esse tipo de produção agrícola, já bem difundido na Bacia do Médio Teles Pires, vem sendo otimizado pela introdução do sistema de drenagem do solo que consiste na abertura de uma rede de canais com cerca de 3m de largura e 1.30m de profundidade, provocando o rebaixamento do nível do lençol freático e o escoamento da água, que antes encharcava a superfície do solo, dificultando o cultivo agrícola.

⁹ Pesquisa realizada em Sorriso/MT pela EMPA-MT-EMBRAPA-CNPAF-CIRAD-ERAT: PERSPECTIVA DE FIXAÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO CENTRO NORTE DO MATO GROSSO. Caso da Fazenda Progresso - Sorriso/MT, 2ª ed. Renovada, Gráfica Editora São Paulo Ltda., Goiânia/GO.

Embora bem recebido pelos produtores, já que permite o total aproveitamento dos solos hidromórficos que compõem cerca de 20% da área do município, ainda se desconhecem os possíveis impactos ambientais causados pela adoção desse método, que vem substituindo o de microbacias hidrográficas, em uso em algumas áreas.

Introduzido com recurso do PRODEAGO pela prefeitura, em parceria com a EMPAER, alguns anos atrás (1995), esse sistema de manejo e conservação dos solos e das águas consiste na divisão da área em setores, que são demarcados por curvas de nível onde são construídos e adequados terraços, que são contidos em sulcos rasos denominados "bigodes", para a contenção das águas. Os setores são delimitados por duas vias de circulação, complementadas com lombadas e caixas de retenção, situadas às margens dos campos, para permitir o escoamento superficial das águas das chuvas que percolam pelos sulcos abertos nos terrenos.

O manejo das culturas e o emprego de alta tecnologia colocaram Lucas do Rio Verde entre os maiores produtores de grãos do Estado, sendo um dos municípios que, favorecidos pelo clima, têm a colheita de soja antecipada em relação aos demais municípios do país. A tecnificação emprega modernos maquinários e instrumentos agrícolas, somando 864 tratores, com potência acima de 50 cv, e 427 máquinas para o plantio e 386 para colheita. O uso de arado de tração animal é mais restrito, somando apenas 29, e o de tração mecânica, 93. (Censo 95/96)

Os produtos mais cultivados no município são a soja, o arroz de sequeiro, o milho e o sorgo. Segundo informações da Secretaria de Agricultura do município, o algodão vem sendo introduzido nos últimos anos por alguns produtores, que vêm nessa cultura maior rentabilidade, embora seu cultivo requeira muito mais insumos químicos. Atualmente, a área plantada de algodão é de 35 mil hectares, gerando 950 empregos diretos e uma produtividade de 3.200 quilos por hectare cultivado.

O arroz de sequeiro, tradicionalmente cultivado em áreas não alagadas ou irrigadas para a abertura do cerrado, precedeu a cultura da soja no município, introduzida dois anos depois da terra "amansada". Hoje é cultivado nas áreas destinadas à soja, servindo de manejo para

o plantio dessa cultura. A soja, nessa última safra, está cobrindo uma área plantada de 155 mil hectares, com previsão de se colher 465 mil toneladas. A produção de milho é de 230 mil toneladas por ano, sendo utilizados regionalmente apenas cerca de 5% da área, quadro que vem sendo alterado com o incremento da diversificação da produção agropecuária.

A suinocultura, com um plantel de 6 mil matrizes de alta linhagem, fornece ao abate uma média de 580 suínos/dia. O abate e a industrialização são feitos em moderno frigorífico, com capacidade para abater 3.000 suínos/dia. A avicultura também tem sido estimulada, considerando-se a possibilidade de integração com outras atividades agrícolas, através da utilização do adubo como fonte de matéria orgânica para a agricultura e a fruticultura. A grande oferta de grãos, especialmente milho e soja, juntamente com a estabilidade da produção pela ausência de veranicos e de preços mais competitivos, tem sido grande atrativo para a diversificação agropecuária, possibilitando a sua verticalização pelo sistema integrado de criação. Nessa modalidade, há maior aproveitamento do farelo da soja, do sorgo e do milho na alimentação de suínos e aves, enquanto os dejetos desses animais são utilizados como matéria orgânica para a agricultura ou para a cadeia alimentar de outros animais.

Esse sistema, além de proporcionar maior rentabilidade, reduz a degradação ambiental e possibilita a manutenção do pequeno produtor na terra, evitando-se a sua expropriação pelo capital, ainda que esteja subordinado às suas regras.

4.4. Estrutura Fundiária

A distribuição da terra no município de Lucas do Rio Verde seguiu os padrões da colonização oficial, sendo o núcleo colonial dividido em lotes de 200 hectares para cada família assentada. Isso reflete hoje o reduzido número de pequenas propriedades, com até 100 hectares (10,71%), abrangendo a menor porção da área total (2,52%). A maior parte dos imóveis (80,02%) está situada na faixa de 100,1 a 500 hectares, os quais ocupam um pouco mais da metade da área total (52,92%), consideradas, portanto, pequenas propriedades para os padrões do Estado. Entretanto, por serem originários de colonização

oficial, os lotes obedeciam aos mesmos tamanhos, observando-se uma tendência à reconcentração das terras, vez que as médias propriedades, com 4,78% dos imóveis, ocupam 10,20% da área total. Por sua vez, as grandes propriedades, situadas acima de 1.000 hectares, que somam apenas 4,46% do total, abrangem mais de 34% da área total ou 109.972,4 hectares. (Tabela 9)

Tabela 9. Número de Imóveis por Grupos de Área no Município de Lucas do Rio Verde - 1995

Grupos de Áreas (ha)	Imóveis	%	Área	%
01 a 100	103	10,71	8.102,1	2,52
100,1 a 500	769	80,02	169.494,9	52,92
500,1 a 1.000	46	4,78	32.685,1	10,20
1000,1 a 10.000	41	4,26	37.889,4	11,83
10.000 e mais	2	0,20	72.073,0	22,50
	961		320.245,5	

Fonte: INCRA.SERPRO. Brasília, 1997.

O aumento no tamanho das propriedades indica a territorialização do capital, pela intensificação da agricultura tipicamente capitalista, bem como a monopolização do território pela subordinação e apropriação da renda da terra pelo capital, através da agricultura integrada, desenvolvida por pequenos e médios produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia é visto por muitos estudiosos do campo, a exemplo de Martins (1991) e Oliveira (1997), como um fenômeno da expansão capitalista que determina formas variadas de ocupação do novo espaço e das relações de produção nele desenvolvidas.

Mato Grosso experienciou um intenso processo de transformações socioeconômico-culturais e espaciais nas décadas de 70 e 80, como componente da Amazônia Legal, região delimitada pelo Governo Federal como fronteira de expansão. Neste contexto, teve mais de 60% das terras devolutas situadas no seu território federalizados, para o desenvolvimento de diversos projetos oficiais e particulares de colo-

nização e de projetos agropecuários, os quais foram beneficiados com diversos programas de financiamento, incentivos fiscais e creditícios.

A região norte de Mato Grosso, à época, praticamente inexplorada e pouco povoada, a partir da construção da BR-163, conhecida como a “estrada dos colonos”, teve o seu quadro natural rapidamente modificado, em função dos núcleos coloniais que foram surgindo ao longo dessa rodovia.

Sinop e Lucas do Rio Verde, originários da colonização e, atualmente, municípios emancipados, revelam na sua trajetória contradições desse processo. Centenas de migrantes, na sua maioria pequenos produtores vindos da região Sul, tentaram realizar seus projetos de vida nas novas terras. A colonização prometia ser uma resposta às lutas pela terra no país. Não tardou, porém, a revelar ser apenas uma alternativa possível e desejável pelas elites governamentais para se proceder às reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento dos projetos agropecuários e agroindustriais no campo, como afirma Oliveira (1997), agindo “contra a reforma agrária”, como define Santos (1993), ao analisar os programas instalados de 1970 a 1984.

Este último autor (1994), ao analisar, numa perspectiva sociológica, o abandono dos lotes em doze programas de colonização, estimou uma média de 45%; este é um indicador importante para se avaliar os objetivos manifestos neles. As causas foram múltiplas e muitas vezes difíceis de se quantificar, segundo o autor. Uma das hipóteses estudadas por Santos diz respeito à vinculação do homem à natureza, como uma relação de estranhamento: os colonos procedentes do sul do país tinham experiências de terras situadas em regiões de clima temperado e há muito tempo desmatadas, enquanto o meio ambiente da Amazônia exigia práticas diferentes em nível do cotidiano ou em nível do auto-sustento. Os agricultores sentiram se deslocados diante do meio ambiente desconhecido, vez que não sabiam aproveitar as possibilidades oferecidas pelo cerrado ou pela floresta. Além do mais, havia exigências de desmatamentos e de utilização de insumos químicos, práticas para as quais não houve nenhuma assistência por parte das agências estatais ou privadas. Outro ponto diz respeito ao modelo agrícola baseado na modernização, cujos objetivos econômicos acabaram gerando a expulsão do colono da terra ou o que o autor chama de “produção social de exclusão”.

Nessa perspectiva, a colonização deve ser vista num contexto mais amplo da política oficial de ocupação “da Amazônia”, ou seja, ela deveria ser complementar e não antagônica aos interesses do latifúndio e das grandes empresas agropecuárias, funcionando como celeiro de mão-de-obra para os projetos destes, em desenvolvimento na fronteira.

A região do Médio Teles Pires no norte mato-grossense ainda vem sofrendo ação de processos diferenciados da expansão capitalista na sua estrutura territorial. Enquanto a expansão da soja no cerrado, onde se situa Lucas do Rio Verde, mostra ser atualmente o elemento mais dinâmico da economia, inclusive do Estado, o extrativismo vegetal continua predominando nas áreas de floresta, sendo o elemento propulsor da economia dos municípios ali localizados, a exemplo de SinOp.

O uso da terra nesses municípios demonstra uma tendência à reconcentração das propriedades refletindo a expansão da agropecuária, o que efetivamente vem ocorrendo de forma acelerada em Lucas do Rio Verde, sobretudo no que tange à cultura de lavouras temporárias. Nestes municípios, tem-se presenciado a territorialização do capital com a expansão da agricultura capitalista, bem como a monopolização do território pela extração da renda da terra produzida pelos pequenos e/ou médios produtores. Em Sinop, observa-se que este processo vem acontecendo de forma mais lenta e a sua expansão vem se dando mais no campo da pecuária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, S. P. et alii. A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da Sociedade. *Cadernos do NERU*. Cuiabá: EdUFMT, 1990.

CLAYRAI, M. *Relatório de pesquisa sobre as transformações dos espaços naturais versus os espaços antrópicos: exemplos em Mato Grosso/Brasil*. Laboratoire Costel, Université de Rennes II, France, 1998.

EMPA-MT-EMBRAPA-CNPAF-CIRAD-ERAT: *Perspectiva de fixação da agricultura na região centro norte do mato grosso. Caso da*

Fazenda Progresso - Sorriso/MT, 2 ed. Goiânia/GO: Gráfica Editora, São Paulo.

FERREIRA, J.V. *Mato Grosso e seus municípios*. 19 ed. Cuiabá: SEC/MT, 1997.

GUIMARÃES N. R. B. *A Lenda do ouro verde*. 1986. 177f. Dissertação de Mestrado. História. UNICAMP, SP.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*, 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

IBGE. *Censo agropecuário – 1995/96*. Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Contagem da população – 1996*. Rio de Janeiro, v. 1, 1997.

MARTINS, J.S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORENO, G. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. 1993. 361f. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia/UFLCH, USP-SP.

MUELLER C. C. *Centro-Oeste: evolução, situação atual e perspectivas de desenvolvimento sustentável*. In: *A Ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1992.

OLIVEIRA, A. U. de. *A Agricultura camponesa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Caminhos da Geografia)

OLIVEIRA, A. U. *A Fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. 1997. 496f. Tese de Livre Docência. FFLCH/USP, 1997.

REVISTA DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO-OESTE (RDM), ano 1, agosto de 1986.

SANTOS, J. V. T. dos. *Matuchos: exclusão e luta do sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTOS, J. V. T. *Dos Assentamentos e colonização: duas relações com o meio ambiente*, in Romeiro, A., Carlos G. e Leite, S. (Orgs.) *Reforma agrária. Produção, emprego e renda. O Relatório da FAO em debate*. 2 ed., Vozes, Rio de Janeiro: IBASE/FAO, 1994.

VIDIGAL, C. da F. *Sinop: a Terra prometida. Geopolítica da ocupação da Amazônia*.1992. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, USP-SP.